

O CONTEXTO LINGUÍSTICO DE ANGOLA: A LÍNGUA KIMBUNDU FACE AO DOMÍNIO DO PORTUGUÊS LUSITANO NA CIDADE DE LUANDA.

Carlos Figueira Mateus¹
carlosfigueiramateus@gmail.com
Gislene Lima Carvalho²
gislenecarvalho@unilab.edu.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo promover uma reflexão sobre a posição ocupada por uma das línguas nacionais na cidade de Luanda, designadamente o Kimbundu. Para o efeito, recorreremos aos documentos oficiais e às pesquisas realizadas por intelectuais que se empenham em estudar as políticas educativas/linguísticas efetuadas em Angola, entre eles, Severo e Bernardo (2018), Ndombele (2016), Timbane et al (2014) e Fonseca (2012). Como resultado, verificamos que a língua Kimbundu, apesar da sua importância na construção do português veicular falado por muitos angolanos e do reconhecimento de utilidade pública pela Constituição, circula com maior ímpeto nos ambientes familiares por razões políticas, económicas e ideológicas. Por fim, concluímos que o Português continua superando as línguas nacionais, inclusive o Kimbundu, que tem contribuído significativamente na formação do português veicular falado no território nacional e que há uma necessidade de reforçar as políticas que promovam as línguas de características culturais em cada região do país, seja nas zonas rurais como nas zonas urbanas, de modo a ajudar os seus falantes na superação dos obstáculos que interrompem a aprendizagem da língua portuguesa.

Palavras-Chaves: Kimbundu, Políticas Linguísticas, Sistema de Ensino. Angola

Abstract: The present article aims to promote a reflection on the position occupied by one of the national languages in the city of Luanda, namely Kimbundu. For this purpose, we resorted to official documents and research carried out by intellectuals who are committed to

¹ Discente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

² Docente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

studying the educational/linguistic policies carried out in Angola, among them, Bernardo and Severo (2018), Ndombele (2016), Timbane et al (2014) and Fonseca (2012). As a result, we verified that the Kimbundu language, despite its importance in the construction of the vehicular Portuguese spoken by many Angolans and the recognition of public utility by the Constitution, circulates with greater impetus in family environments for political, economic and ideological reasons. Finally, we conclude that Portuguese continues to outperform the national languages, including Kimbundu, which has contributed significantly to the formation of vehicular Portuguese spoken in the national territory and that there is a need to strengthen policies that promote the languages of cultural characteristics in each region of the country, whether in rural or urban areas, in order to assist their speakers in overcoming the obstacles that interrupt the learning of the Portuguese language.

Keywords: Kimbundu, Linguistics Politics, Education System, Angola

1 INTRODUÇÃO

A língua Kimbundu face ao domínio do Português na cidade de Luanda é uma temática que pretendemos desenvolver neste artigo. Como sabemos, Angola é um dos países do continente africano com uma grande diversidade cultural e linguística, entretanto, as línguas como Kimbundu, não ocupam os espaços amplamente marcados pelo Português dentro da cidade de Luanda, a capital angolana, por esta ser a única língua oficial e de ensino. As escolas cumprem com as políticas vigentes e, por isso, o ensino da Gramática de língua portuguesa é muito acentuado, impossibilitando assim a veiculação das línguas nativas nesse domínio, em particular o Kimbundu.

O desencorajamento ao uso das línguas de origem bantu em Angola não é uma questão que causa muitas surpresas. Autores como Eduardo Ndombele (2016) mostram a desconsideração dos oficiais da corte portuguesa pelas línguas nacionais durante a fase colonial, o que contribuiu em grande medida para a afirmação da língua portuguesa dentro do território angolano.

Em 2014, foi realizado um Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) cujos resultados definitivos apontam que 8% da população se expressa nas línguas nacionais (Kikongo e Kimbundu), enquanto o português é falado por mais de metade da população (71%), com maior predominância nas áreas urbanas. Por outro lado, a Constituição de Angola - documento legislativo promulgado pela Assembleia

Nacional em 27 de janeiro de 2010 – traz algumas intenções a respeito das línguas de base nacional. No seu artigo 21º, o documento aponta como tarefa fundamental do Estado a preocupação de “proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como patrimônio cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (ANGOLA, 2010).

Como se pode ver, a Constituição e os estudos desenvolvidos por vários pesquisadores reconhecem a importância das línguas cunhadas nos valores culturais, entretanto a variedade portuguesa calcada nos padrões da Europa costuma cimentar a sua presença em contextos formais dentro do país, particularmente na província de Luanda, situação que certamente pode incentivar o seu apagamento.

Tendo isto em vista, vimos a necessidade de ampliar a discussão sobre as línguas nacionais de Angola frente à hegemonia exercida pelo português, com particular atenção ao Kimbundu, de modo a desenvolvermos uma consciência sobre o valor das línguas que caracterizam os grupos étnicos dos quais fazemos parte, impedindo assim que caiam no esquecimento. O presente trabalho tem como escopo compreender a situação da língua Kimbundu face ao domínio da língua portuguesa na capital de Angola, analisar as razões que favorecem a desvalorização da língua em análise na cidade de Luanda e descrever a natureza das políticas implementadas na referida cidade. A partir das contribuições dada por diversos estudiosos, fundamentamos as nossas hipóteses no sentido de responder às seguintes questões: (a) Qual é a situação da língua Kimbundu face ao domínio do português na cidade de Luanda? (b) Quais fatores motivam a desvalorização da língua Kimbundu na cidade de Luanda?; (c) Qual é a natureza das políticas linguísticas referentes às línguas nacionais, em particular a língua Kimbundu na capital do país?

Tais questionamentos foram levantados precisamente para o alcance dos objetivos acima destacados. Em resumo, pretendemos instigar a produção de trabalhos que contemplem as questões relacionadas às línguas nacionais com a nossa pesquisa, demonstrando que os falantes autóctones enfrentam dificuldades em aprender o português por ser uma língua calcada nos padrões estabelecidos pela Gramática Normativa, que determina as expressões “corretas” e “erradas” sem levar em conta outros aspectos que pesam na forma como exprimem suas ideias. Em *Português e as línguas bantu na educação angolana: da diversidade como problema*, pesquisa realizada em uma escola da província do Uíge, Severo e Sassuco (2019) trazem as falas ditas por alguns dos entrevistados que servem como exemplo do que estamos aqui sustentando.

2 METODOLOGIA

A metodologia pode ser compreendida como um conjunto de estratégias que norteiam os trabalhos desenvolvidos por diversos pesquisadores, independentemente da área de atuação. Denise Silveira e Fernanda Córdova (2009) reconhecem que uma pesquisa científica exige procedimentos que possam contribuir decisivamente na resolução de um determinado problema. Isso significa que sem a aplicação dos métodos, torna-se impossível a tarefa de realizar uma pesquisa precisa e, ao mesmo tempo, alcançar os objetivos pretendidos.

A nossa pesquisa é uma discussão teórica de caráter bibliográfico e documental. Silveira e Córdova (2009) referenciam a explicação dada pelo professor João J. S. da Fonseca (2002) sobre esses dois tipos de pesquisas. Sobre a primeira, ele afirma o seguinte:

“... Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de reconhecer informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

Partindo deste prisma, procuramos reunir algumas referências que tratam do tema que pretendemos desenvolver neste artigo, não ficando apenas preso no que sabemos a respeito do mesmo. Quanto ao estudo documental, o autor diz que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Assim, optamos, entre as fontes acima destacadas, pelos documentos oficiais e vídeos de programas de televisão para fundamentarmos a nossa dissertação.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

À semelhança de outras nações africanas, Angola caracteriza-se pela multiplicidade cultural e linguística e possui uma história fortemente marcada pelo processo da colonização.

O país está localizado na África Austral, região que engloba as nações que se encontram abaixo do deserto de Sahara. Ao norte e nordeste do continente, faz fronteira com os dois Congos (Kinshasa e Brazzaville), ao leste com a Zâmbia e ao sul com a República da Namíbia. Territorialmente, possui uma área de 1.246.700 Km² e, em termos administrativos, é composto por dezoito (18) províncias, onde podemos observar diversos grupos étnicos, sobretudo Bantu, como os Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Tchokwe, Ovakwanyama, Ovanyaneka, Vangangela, Ovahelero, Vambunda e Valuvale (SEVERO; SASSUCO, 2019, p. 291).

Seria um tanto quanto exaustivo abordar acerca dessas comunidades linguísticas, posto que as diferenças que existem entre elas são muito amplas e complexas. Então, decidimos estudar apenas a língua que identifica o grupo étnico Ambundu, a saber, o Kimbundu. A língua em análise circula nas províncias de Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje, Bengo e Luanda, a capital do país. Esta última constitui o *locus* do qual nos ocuparemos para analisar a situação do Kimbundu. Em geral, as capitais concentram as atividades administrativas, econômicas e afins, algo que vem colocando-as em um patamar de destaque em relação às outras cidades que também fazem de um país o que, de fato, é. Assim, a capital angolana não foge à norma, já que aparece como uma fonte de rendimento, uma cidade de refúgio para os cidadãos oriundos de outras localidades em função da concorrência do mercado.

Nas próximas seções, apresentaremos um breve panorama histórico de Angola para, em seguida, discutirmos sobre a posição da língua Kimbundu em relação ao português. Por último, debateremos sobre a natureza das políticas linguísticas no sentido de averiguar se, de fato, existe ou não a necessidade de implementar uma política voltada para as línguas de base cultural.

3.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO

Não podemos falar da realidade linguística de Angola sem destacar o processo de colonização que, com certeza, marcou a história da humanidade. Temos que nos ater nesse assunto para em seguida adentrar no que tencionamos apresentar, porque a compreensão do que é Angola hoje passa, entre outros, pela compreensão daquilo de que foi feita sua história e sua cultura, conforme salienta Alberto Nguluve (2006, p. 22).

A colonização permitiu que os europeus, mais especificamente os portugueses, ingressassem no território de vários povos. Este, na verdade, é um aspecto que caracteriza os outros países do continente africano e asiático. Voltando os olhos para o contexto angolano, os estudos apontam que os navegadores lusitanos, comandado por Diogo Cão, conseguiram atravessar pelo rio Zaire em 1482, período em que estabeleceram alianças econômicas com as

autoridades do reino do Kongo. Nessa altura, Portugal já estava carregando as riquezas do Oriente da Índia, mas ainda assim buscava conquistar terras para certamente figurar entre as potências europeias mais poderosas.

No decorrer do tempo, a ligação entre os portugueses e os principais representantes do reino foi mudando completamente de figura. Ao tratar dos aspectos da língua portuguesa em Angola, Eduardo Ferreira Dos Santos (2018) assevera que, nos anos seguintes à chegada dos portugueses, a relação do reino do Congo com os europeus seguiu uma agenda diplomática e de intenso contato, tendo provocado alterações nas áreas que espelhavam o rosto da civilização africana, notadamente os costumes religiosos e linguísticos. Isso significa que depois de terem alcançado os seus objetivos (a dominação dos próprios habitantes e, conseqüentemente, a ocupação do território), os colonizadores decidiram implementar de maneira impositiva as concepções que ressaltam a língua, os hábitos e os costumes do eixo Ocidental em detrimento da cultura local, uma estratégia que certamente trouxe conseqüências negativas.

Santos (2018) recorda ainda que a igreja católica desempenhou um papel importante na propagação dos valores da Europa, de tal forma que os líderes africanos chegaram a renunciar aos seus aspectos culturais e religiosos em troca do reconhecimento como membro da comunidade portuguesa:

“Destaca-se, para esse fim, a ida da primeira embaixada do ntotela (senhor principal) do Congo a Portugal, em 1489, com a realização de batismo de africanos e apadrinhamento da embaixada muxicongo Nazaku Kasuta por monarcas portugueses. Atendendo ao pedido de D. João II, os congueses permanecem até o final de 1490 para aprenderem bem a língua portuguesa e os artigos da Fé e os mandamentos divinos que todo cristão deveria saber” (SANTOS, 2018, p. 4)

Não seria incorreto afirmar que, nesse período marcado pela colonização, os colonizadores enxergavam os proprietários do território como pessoas desprovidas de virtudes e, por isso, deveriam submeter-se aos padrões da “civilização” para se tornarem homens cultos e dotados de conhecimento, pois carregavam consigo mesmo a visão de superioridade. E, dada a rigorosidade do processo, muitas pessoas acabaram por apropriar-se dos critérios que satisfaziam as ambições do sistema escravocrata (membros da corte portuguesa e da Igreja), sobretudo aqueles que demonstravam interesses de fazer parte dela, tendo em vista os privilégios.

Dessa forma, a comunidade africana ou angolana estava dividida em dois grupos: os assimilados e os não assimilados. Os indivíduos que compunham o primeiro grupo eram

instruídos e, com isso, desfrutavam de alguns direitos, enquanto os não assimilados - grande parte da população, diga-se de passagem - encaravam uma realidade completamente distinta, por serem indivíduos analfabetos (Undolo, 2014).

Albert Memmi (1920-2020), autor de vários trabalhos que pautam pelas questões sociais, reconhece que, no decurso da história da humanidade, o processo de assimilação favoreceu a perda progressiva da memória da identidade social e cultural, impossibilitando os indivíduos de desenvolver pensamentos próprios. Ele afirma:

O intelectual ou o burguês progressista pode desejar que se atenuem um dia aquilo que o separa dos seus camaradas de luta; são características de classe às quais renunciaria de bom grado. Mas, não aspira seriamente a mudar de língua, de hábitos, de religião, etc... mesmo pela paz de sua consciência, mesmo pela sua segurança material (FONSECA, 2012 apud MEMMI, 1977, p. 46)

Como podemos ver, a assimilação constitui uma malha tão difícil de ser rompida que nem mesmo as pessoas de altos padrões sociais conseguem pensar sob uma perspectiva decolonial. Portanto, torna-se necessário que os formadores de opinião e construtores de relações sociais olhem para dentro dos seus corpos a fim de recuperarem, ou então, resgatarem os elementos que os identificam como parte integrante da sua comunidade de fala, exercendo desse modo uma certa influência sobre os jovens, principalmente, que mesmo não sejam falantes de uma língua nacional, nasceram dentro de uma comunidade linguística.

Reiteramos que a colonização se configura como um processo rigoroso, caracterizado pela violência e práticas de dominação, o que justifica o surgimento de vários movimentos que lutaram pela independência de Angola.

Segundo Nguluve (2006), um dos primeiros movimentos políticos a empreender manifestações contra o regime português foi criado em 1953, denominado PLUA (Partido da Luta Unida). O professor afirma que os principais líderes dessa corrente política tomaram iniciativa de unir forças com uma organização composta majoritariamente por estudantes que alimentavam igualmente o desejo de ver sua terra livre da dominação portuguesa, o que redundou na aparição do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) em 1956.

Ao lado deste novo partido, na época sob a liderança de António Agostinho Neto (1922-1979), integraram mais duas forças políticas contra o colonialismo, nomeadamente: FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), movimentos políticos chefiados por Holden Roberto (1923-2007) e Jonas Savimbi (1934-2002) respectivamente.

Para expulsar os portugueses do território nacional, os três partidos tiveram que caminhar na mesma direção, entretanto os interesses individuais divergiam completamente na medida em que se aproximavam do propósito principal, a conquista da independência, o que provocou mais tarde a guerra civil, tendo desencadeado a saída de milhares de pessoas dos seus meios naturais para experimentar a vida em outros ambientes. Com base na argumentação de Kissinger (2001), o professor Nguluve (2006) apresenta alguns detalhes sobre a rivalidade que existia entre os partidos políticos:

“O MPLA, liderado por Agostinho Neto, tinha menor base nas tribos comparado aos outros dois movimentos (UNITA e FNLA), porém ‘era o mais forte na capital, a cidade de Luanda, e na área do encontro. E como na capital estavam as embaixadas estrangeiras, dando simbolismo importante à corrida pelo reconhecimento internacional, o MPLA levava vantagem’” (Nguluve, 2006, p. 26 apud Kissinger, 2001, p. 822)

Talvez a desavença instaurada pela fome de poder seja a principal fonte dos problemas que afetam atualmente os países africanos em geral e o Estado angolano, em particular. Se, porventura, tivesse optado por um diálogo mais aberto sobre os caminhos a serem percorridos com vistas ao bem comum, possivelmente teríamos uma nação diferente daquilo que apresenta. Contudo, depois de várias tensões políticas que também envolveram a intervenção de forças armadas da antiga União Soviética e de Cuba, foi assinado um acordo de paz em 4 de abril de 2002, na cidade de Luena, província do Moxico.

Na próxima seção, versaremos sobre a noção de Políticas Linguísticas para mais adiante analisarmos a condição da língua portuguesa e da língua Kimbundu na cidade de Luanda.

3.2. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, TIPOS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DISCUSSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE TAIS POLÍTICAS.

As políticas linguísticas existem em todas as sociedades, ainda que de forma implícita, mas são consideradas (ou deveriam ser), sobretudo, em espaços de diversidade linguística. Em seu livro intitulado “*As políticas linguísticas*”, Louis-Jean Calvet (2007) mostra a diferenciação que existe entre as concepções de política linguística e planejamento linguístico: o primeiro tem a ver com a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, enquanto o planejamento aponta para a implementação de tais decisões que visam a resolução de um determinado problema. Ele sublinha que ambos se reforçam mutuamente, sendo que um deixaria praticamente de ter sentido na ausência do outro.

A definição dada pelo pesquisador sobre os dois conceitos, destaca nitidamente a presença da sociedade na configuração das línguas, supondo assim uma crítica em cima das abordagens propostas por estudiosos que entendiam a língua enquanto um sistema homogêneo, totalmente livre das influências externas.

Conhecedor dos estudos voltados à Sociolinguística, Calvet acredita que a língua tende a mudar sob o efeito das estruturas internas, de contato com outras línguas e atitudes linguísticas, mas também reconhece que é um fenômeno social e, portanto, não pode ser considerada em si mesma e por si mesma. Decerto, não há como desassociarmos a língua que utilizamos da estrutura social, posto que o nosso padrão linguístico reflete em certa medida o padrão que orienta o comportamento linguístico da comunidade social ao qual pertencemos.

Bernard Spolsky (2016) assevera que os diferentes espaços sociais - lar, vizinhança, escola, local de trabalho, imprensa, governo e igreja ou outra instituição religiosa - têm suas próprias políticas, sendo controlados por forças internas e externas. Quando, por exemplo, interagimos com um professor na sala de aula, nos esforçamos demasiado de forma a usar uma linguagem que atenda às exigências do contexto escolar, o que comprova a existência de uma política. Nesse sentido, a depender da situação comunicativa, nos movemos de acordo com as normas estabelecidas em diversas esferas da sociedade.

Spolsky (2016, p. 35) também acrescenta que as políticas linguísticas possuem três componentes interligados, mas independentes: práticas, crenças e gestão. As práticas referem-se às escolhas dos aspectos linguísticos; as crenças estão diretamente relacionadas às variedades linguísticas sobre as quais se atribuem valores, ao passo que a gestão constitui o esforço empreendido por um indivíduo ou grupo no sentido de modificar as práticas ou crenças em um determinado domínio. Desse modo, a língua precisa ser encarada também como produto da sociedade, de modo que esta possui a capacidade de exercer influência na maneira como os sujeitos a empregam.

Importa salientar que o conceito de política linguística, enquanto campo de conhecimento, se institucionalizou na década de 1960, nos Estados Unidos, numa altura em que os pesquisadores pretendiam analisar os problemas linguísticos das nações recém independentes e em fase de desenvolvimento. Nesse período, surgem dois conceitos importantes, nomeadamente, planejamento do corpus e planejamento do status, ambos criados por Heinz Kloss (1904-1987). O planejamento do corpus faz referência às intervenções na forma da língua, abarcando a criação de uma escrita, formação de novas palavras e padronização, já o planejamento do status refere-se às intervenções nas funções da língua, seu status social e suas relações com as outras línguas (CALVET, 2007, p. 29).

Ainda sobre o assunto, Severo (2013, p. 451) afirma que a noção de política linguística tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (língua de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outro. A partir dessa concepção, facilmente podemos criar o pensamento de que apenas o Estado determina a criação e a implementação das decisões sobre as línguas, o que tem suscitado opiniões diferentes por parte de alguns estudiosos que consideram necessários os sentimentos dos falantes e/ou o engajamento do grupo social.

Diego Barbosa da Silva (2010, p. 21), por exemplo, diz que as políticas linguísticas necessitam da participação e envolvimento popular, tanto na sua elaboração e execução quanto na avaliação posterior de seus resultados. Isso porque se trata de um direito que os falantes-cidadãos têm. Calvet (2007) admite que o Estado consegue pôr em evidência suas escolhas graças ao poder e os recursos que se colocam à sua disposição e, ao mesmo tempo, reconhece que as comunidades sociais têm capacidade de tomar decisões sobre as línguas, isto é, pensar na elaboração das políticas linguísticas.

Para incrementar a discussão sobre a implementação das políticas linguísticas, Severo (2013) destaca a contribuição de Cooper (1989), um dos nomes importantes desse campo de conhecimento, que tinha publicado um livro no qual revisa um conjunto de conceitos de políticas linguísticas ao ponto de identificar uma questão comum a todos: **Quem planeja o que para quem e como?**

Com base nela, a autora informa que “as instâncias envolvidas no planejamento das políticas linguísticas são diversas, como: os poderes executivo e legislativo, as esferas jurídicas, administrativa, de negócios, educacionais, midiática, as academias literárias, as organizações civis, entre outros” (SEVERO, 2013, p. 456). Ademais, recorre aos trabalhos de Michel Foucault justamente para explicitar a questão do poder na política e no planejamento linguístico. Segundo a perspectiva defendida pelo filósofo francês:

“o poder não é um objeto que se detenha, não se concentra nas mãos de uns em detrimento de outros, não opera apenas vertical e hierarquicamente e não se vincula apenas às instituições. As relações de poder são múltiplas, difusas, fluidas, dinâmicas e vinculadas, diretamente, à produção, circulação e recepção dos discursos” (SEVERO, 2013, p. 458-459).

Aqui, percebe-se que o poder não somente se resume aos limites da esfera governamental, mas também às instituições não estatais; qualquer grupo pode definir uma política, mas por falta de recursos por parte das comunidades, o Estado geralmente assume o

poder de intervir sobre as questões linguísticas no sentido de normatizar por meio de decretos, visando a construção de uma língua única e disponível a todos. Assim, perde-se a riqueza de uma nação em termos de diversidade das línguas na medida em que se privilegia a uniformidade.

Com essas bases teóricas, podemos agora verificar a situação do Kimbundu e a natureza das políticas linguísticas aplicadas na capital angolana.

4 A SITUAÇÃO DA LÍNGUA KIMBUNDU NA CIDADE DE LUANDA: CONTEXTO LEGAL

O kimbundu é uma língua de origem bantu que, historicamente, circulava de forma ininterrupta no reino do Ndongo antes da chegada dos portugueses. Atualmente, é considerada uma das línguas nativas mais faladas em Angola, estabelecendo contato com a língua portuguesa na cidade de Luanda e, também, em outras províncias. A partir dessa relação de troca entre as línguas, surge a variedade do português falado no território nacional, significando que o Kimbundu contribuiu e tem contribuído de modo significativo na formação do português do qual os angolanos, especificamente os luandenses, servem para conduzirem as suas necessidades comunicativas.

Em sua dissertação para pós-graduação, Diogo Souto Simões (2019) alega que essa língua nacional, conhecida também como a língua ambunda ou a língua dos ambundos, é usada aproximadamente por 6 milhões de falantes, um número bastante significativo. Contudo, os luandenses, em sua maioria, apresentam dificuldades de articular informações na língua Kimbundu dentro dos contextos em que o português, língua oficial, vem ampliando a sua presença.

A Constituição da República de Angola reforça a necessidade de o “Estado valorizar e promover o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (ANGOLA, 2010), no entanto, o português segue sendo tratado com distinção na cidade de Luanda:

“A língua portuguesa é adotada, portanto, como veículo de ensino e a ela são atribuídos papéis transcendentais como o de ser língua oficial e língua de escolaridade, o que a catapultou para uma posição privilegiada, pois a extensão do seu uso fez/faz suplantar, em todos os domínios, sobretudo os públicos, o uso das outras línguas angolanas” (SANTOS, 2018, p. 33 *Apud* Miguel, 2008: 39).

Por outro lado, o Rádio Ngola Yetu, um dos canais que constitui o Rádio Nacional, e a Televisão Pública de Angola (TPA)³ tentam de alguma forma fazer valer o que está posto no documento, enquadrando as línguas nacionais nos roteiros de programação no sentido de atingir grande parte dos telespectadores ou, quiçá, criar no íntimo dos cidadãos o desejo de conhecer as línguas dos seus respectivos grupos étnicos, todavia, “a configuração do contexto sociolinguístico nacional continua a favorecer a língua portuguesa, alargando cada vez mais o seu número de falantes e, conseqüentemente, a sua zona de difusão, ao contrário das línguas autóctones” (Undolo, 2014, p. 92 apud Panzo, p. 51).

Luanda constitui a cidade que ampara diversas comunidades linguísticas em virtude da guerra civil e das condições que apresenta nos dias atuais. Dito isto, alguns falantes de Kimbundu são oriundos das províncias de Bengo, Malanje, Kwanza Norte e Kwanza Sul, onde a língua possui uma certa expressão; outros aprendem a falar no domínio familiar através dos pais ou parentes mais próximos (membros da classe menos favorecida). A dificuldade desses falantes consiste em encontrar um interlocutor que conheça as variedades da mesma língua para trocar informações fora do âmbito familiar. Dagoberto Fonseca (2012) sustenta que o português

se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música, portanto no imaginário sociocultural e na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos, particularmente porque ela está associada ao mercado de bens materiais e simbólicos e que define o lugar que o indivíduo, grupo ou segmento social ocupa na estrutura e no cotidiano angolano. A língua portuguesa organiza e estrutura a vida administrativa e gerencial em Luanda e no restante do país, mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, na medida em que não é a língua do candongueiro e das zungueiras (FONSECA, 2012, p. 5).

Como se pode verificar, a circulação da língua Kimbundu raramente ocorre em domínios onde a língua portuguesa se tornou muito presente (instituições de ensino, empresas e outros estabelecimentos situados nos grandes centros urbanos). E, para agravar, a sociedade mergulha cada vez mais no processo de globalização, o que permite a aquisição de uma determinada língua sem necessariamente empreender muito esforço e o acesso aos conhecimentos sobre outras realidades sociais e culturais, além de aumentar o repertório linguístico dos indivíduos. Desta forma, os jovens, principalmente, tendem a estar longe das línguas que os identificam como membro de uma comunidade específica, na medida em que

³ Vídeos nas línguas nacionais angolanas disponíveis em https://www.youtube.com/results?search_query=s%C3%ADntese+em+l%C3%ADnguas+nacionais+tpa

adquirem as línguas de comunicação internacional, nomeadamente: o francês e o inglês, sendo este o mais requisitado e o que se enquadra nos padrões de gostos da maioria.

Em virtude desse envolvimento com a globalização, há quem acredite que o Kimbundu, juntamente com as outras línguas nacionais, são elementos arcaicos, de forma que desaceleram o crescimento econômico do país. No entanto, a pesquisa realizada pelo professor Alexandre Timbane et al (2014) demonstra que as línguas faladas pela população autóctone podem causar um impacto positivo no âmbito econômico, contanto que assumam uma função semelhante àquela exercida pela língua portuguesa. O experiente pesquisador adverte que o avanço econômico dos países africanos de expressão portuguesa torna-se impossível caso não se preste a devida atenção às línguas que lá residem.

“... O português que é a língua oficial acaba sendo impasse para esse desenvolvimento, visto que todo o processo de desenvolvimento e transmissão de tecnologia é feito na língua que a maior parte da população menos conhece ou não têm domínio. Para que um desenvolvimento endógeno tenha lugar nesses países passa necessariamente pela afirmação das línguas nacionais, fazendo com que elas tenham o mesmo valor funcional que o português, isto possibilitaria uma maior dinamicidade no desenvolvimento principalmente nos sectores onde a língua tem sido um verdadeiro obstáculo” (TIMBANE, 2014, p. 196-197)

A proposta do professor corresponde ao que pretendemos sustentar neste trabalho. A ideia não é assegurar que as línguas de comunicação internacional e a oficial não merecem ser estudadas e consideradas, e sim, reforçar a necessidade de colocar as línguas de cunho cultural no centro dos debates, mostrando que é possível aprendermos outros idiomas sem necessariamente excluirmos a possibilidade de mantê-las vivas.

Após a independência da nação angolana, esperava-se que os governantes africanos introduzissem um regime que pudesse investir nos aspectos ligados à cultura e às línguas locais, mas o fato é que a descolonização também constitui um processo que rende críticas de vários estudiosos, por garantir a continuidade das políticas criadas e deixadas pelos europeus há anos. Alexandre Timbane et al (2014) apresenta uma visão crítica sobre a postura adotada pelas autoridades constituídas nos países africanos de língua portuguesa ao dizer que as línguas nacionais, além do impacto que podem causar na economia de um país, possuem grandeza cultural, um valor muito mais significativo:

“...Investir em línguas africanas (em gramáticas, dicionários, elaboração de manuais e livros escolares, formação de professores) não é perder dinheiro, tal como muitos líderes e políticos pensam. É conservar a identidade, a cultura que sempre nos identificou. Os líderes africanos devem deixar de ver o multilinguismo como azar, maldição ou mesmo como algo desvantajoso para o

desenvolvimento, mas sim, considerar como o maior tesouro de que um grupo social ou comunidade linguística possui” (TIMBANE, 2014, p. 193)

A respeito disso, Silva (2010) declara que a integração dos povos no período em que emergiram os Estados, impediu que a homogeneidade e a exclusão tomassem o controle dos territórios, algo que somente viria acontecer depois que as elites africanas assumiram o poder. A declaração do autor não é resultado de uma construção mental, e sim, uma constatação. Acontece que os responsáveis pela criação dos movimentos de resistência contra a colonização portuguesa eram falantes de português. Muitos deles estudaram nas universidades de Portugal e, por falta de conhecimento rudimentar sobre as línguas nacionais, adotaram o português como língua oficial.

De acordo com Silva (2010), a oficialidade das línguas homogêneas em contextos multilingues resulta da ideia de que estas

estão mais preparadas e têm inclusive um potencial maior para representar a realidade do mundo atual com seus avanços tecnológicos e científicos. Tal medida baseia-se na concepção centrista ocidental de mundo em que a língua europeia aqui é vista como instrumento civilizatório e como critério para o desenvolvimento da África (Silva, 2010, p. 05)

Timbane et al (2014) segue informando que os representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa através da Constituição empreendem esforços para a “promoção da língua oficial, a língua portuguesa, e pouco se faz menção ao destino das línguas bantu, Khoisan e dos crioulos falados pelos cidadãos residentes nos espaços dos PALOP” (Timbane, 2014, p. 183). Realmente, a elite em Angola tende apoiar medidas que visam a ampliação do poder que exercem sobre os indivíduos ou grupos sociais a fim de que continuem no comando das decisões. Analisando isso, podemos dizer que o povo angolano estaria vivendo um colonialismo sob uma nova roupagem.

Além da concepção ocidental, que desconsidera a heterogeneidade/diversidade linguística, a escolha da língua europeia se mostra positiva aos olhos daqueles que defendem a sua oficialização por duas razões políticas, segundo a perspectiva de Silva (2010, p. 05):

- a) Exerce o papel de língua de contato internacional das novas nações com os demais países do mundo.
- b) Evita problemas causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo consequentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais.

Os aspectos acima destacados coincidem com a afirmação de António Santana, que participara de uma entrevista desenvolvida por Dagoberto Fonseca em 2008. Ele ressalta que a vantagem no uso da língua portuguesa dentro do território nacional tem muito a ver com a eficácia da comunicação entre os sujeitos de diferentes grupos étnicos, ao passo que a desvantagem está relacionada ao impasse que a maioria das pessoas tem para captar as informações transmitidas pelos órgãos do Estado, já que não acompanham os debates políticos. Posto isso, compreendemos perfeitamente que a língua portuguesa foi adotada pelos representantes do país com intuito de favorecer a comunicação e proporcionar a unidade do povo angolano, contudo não podemos fechar os olhos para o fato de que se tem reproduzido as práticas exercidas antigamente à medida que impõem a escrita sobre as populações de diversas etnias.

Partindo do pressuposto de que a língua é difusora de cultura, de construção de conhecimento, de sonhos, de angústias que não encontram mais o mesmo sentido de antes (FONSECA, 2012, p. 15), faz-se necessário desenvolver a consciência de que as línguas de base nacional carregam os valores que caracterizam uma sociedade e não podem ser vistas como barreiras para o desenvolvimento do país. Elas estão diretamente relacionadas à nossa identidade e abrem margem para a construção de conhecimentos sobre variadas matérias, o que levaria os indivíduos a enxergar o Kimbundu (e não só) como um recurso que oferece outras condições vantajosas.

De realçar que as escolas aparecem como um aparelho importante na implementação das políticas construídas desde o período colonial. Eduardo Ndombele (2016), doutor em Linguística e membro do Departamento de Letras Modernas do Instituto de Ciências de Educação do Uíge, apresenta as políticas educativas implementadas na época colonial por alguns governantes. Na página 181, é possível notar dispositivos legais que descartam o ensino das línguas de cunho nacional nas escolas, apenas o de português:

Artigo 1: O ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando mais útil à sociedade e a si próprio.

Artigo 7: O ensino primário rudimentar destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas das colônias, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses.

Conforme as investigações feitas, o termo indígena aponta para os indivíduos subjugados pelo regime colonial por conservarem os princípios transmitidos no plano da

oralidade de acordo com a tradição africana, isto é, os não assimilados. Os artigos evidenciam que estes eram tratados como selvagens, incultos que precisavam de um preparo intelectual para agir ativamente na estrutura social. Interessante que este preparo inicia precisamente na dimensão da língua, isso porque, não é possível adotar os costumes e os padrões de uma classe social sem o instrumento de comunicação.

Ndombele (2016, p. 181) sustenta que o ensino para os indígenas ocorria, principalmente, em escolas rurais e escolas-oficinas, ambas mais direcionadas para o trabalho manual e para a aprendizagem de um ofício, do que para o desenvolvimento multifacetado das crianças de origem africana. Enquanto isso, aqueles que integravam o grupo dos letrados recebiam instruções nas escolas onde zelavam pela imputação dos saberes e bases da cultura portuguesa.

A portaria régia, subscrita em 1856 por Sá da Bandeira, na altura ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, refletia os anseios dos portugueses na medida em que “determinava que os filhos dos régulos, sobas e outros potentados indígenas deveriam ser educados em Luanda, sob orientação e vigilância das autoridades portuguesas, a expensa do Estado” (Santos, 1970, p. 134 apud Liberato, 2014). O cargo de governador geral era desempenhado por José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, que pregava a supremacia do português sobre as línguas nacionais, visando a transformação dos angolanos (autóctones) em cidadãos civilizados com base nas políticas empreendidas pelo Estado.

Da mesma forma que esses oficiais tentaram impedir o uso e a circulação das línguas locais na cidade de Luanda, colocando à disposição do povo os rudimentos da gramática portuguesa, o Estado angolano trabalha para garantir a afirmação do português na capital do país, de tal maneira que as línguas nacionais permanecem isoladas “em ambientes informais e confinadas aos círculos residenciais periurbanos e rurais” (TIMBANE et al, 2014, p. 189). Desse modo, os cidadãos raramente conseguem pensar o mundo ou construir seu universo numa língua que não seja o português, ainda que vivam suas experiências num espaço onde existe uma enorme riqueza linguística, sobretudo, os membros da classe erudita, já que uma boa parte tem o português como língua materna.

Ndombele (2016, p. 192) destaca que o sistema de Educação e Ensino em Angola foi marcado por duas grandes reformas: a primeira aconteceu em 1977 dois anos depois da conquista da independência nacional e a segunda em 2002, resultante da aprovação pela Assembleia Nacional da Lei 13 de 2001. Esta reforma do sistema educativo foi justamente pensada com a finalidade de promover algumas mudanças significativas dentro da dimensão acadêmica, mudanças essas que passam também pela inclusão das línguas nacionais, mas como

dissemos anteriormente, as instituições em Luanda pautam pelo ensino monolíngue por conta do que está posto na Constituição da República.

Obviamente, a inserção das línguas nacionais nas escolas é uma tarefa extremamente complicada, porquanto envolve a participação do Estado, o qual possui condições para administrar as situações enfrentadas pela nação. Considerando uma vez mais a definição dada por Calvet (2007) sobre políticas linguísticas, torna-se necessário observar atenciosamente os problemas encarados pela população para pensar na criação e execução de políticas que possam suprir as suas necessidades, pois a ausência dessas decisões pode causar implicações negativas. Ao discorrer sobre o assunto, Silva (2010) reforça o que dissemos anteriormente:

Quando um Estado africano não apresenta uma política linguística eficaz e destinada a diminuir as desigualdades sociais, ocorre, principalmente para aqueles indivíduos que não dominam a língua europeia, uma dissociação de dois mundos, dois universos, que se distanciam: de um lado o universo local, do cotidiano dessas pessoas, da língua materna, do outro lado, o universo das grandes cidades, do mundo globalizado e da língua europeia internacional (Silva, 2010, p. 21)

Concedemos razão ao professor Timbane et al (2014) ao defender que muitas línguas africanas estão correndo sérios riscos de serem apagadas dos lugares onde se articulam pela falta de ações afirmativas daqueles que têm a incumbência de garantir a sua proteção. Acreditamos que os grupos sociais também podem participar das decisões voltadas para a oficialização das línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua e afins, todavia cabe necessariamente ao governo a função de colocar à disposição da massa popular os recursos indispensáveis no desenvolvimento de políticas bilíngues, cuja concepção é diferente daquela adotada pelo sistema colonial, pondo assim as línguas locais no mesmo pé de igualdade com a língua oficial à semelhança do que acontece em alguns países do continente africano. Caso contrário, o ensino de apenas uma língua persistirá no território nacional, produzindo efeitos complicados sobre as línguas efetivamente majoritárias, tal como apontam Severo e Sassuco (2019).

Propor uma educação bilíngue é pensar seriamente nas necessidades comunicativas dos cidadãos, sobretudo, os que levam suas práticas e crenças linguísticas para a dimensão escolar sem ter o domínio da língua portuguesa. Só para termos uma ideia, as pesquisas dentro do campo da Linguística provam que as crianças das zonas rurais, falantes da língua nativa, costumam apresentar fraco desempenho durante o ano lectivo, chegando até mesmo a

desistirem da formação acadêmica, porque as instituições teimam em apoiar o ensino de uma língua que as distâncias da sua realidade.

Severo e Sassuco (2019, p. 296) entendem que as ideologias de educação que circulam no contexto angolano - a exemplo da Constituição da República de Angola (ANGOLA, 2010) e da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 2001) - ainda reverberam as concepções coloniais de educação, que efetivamente desconsideram a diversidade linguística e cultural. Nesse sentido, a diversidade das línguas tem sido vista como um problema para o progresso da nação por parte dos governantes, os quais empreendem mais esforços para dar impulso ao português na cidade de Luanda.

Os documentos referenciados por esses estudiosos são compostos por um conjunto de leis que regem o andamento do sistema educacional. No seu Artigo 1º, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino determina que a ministração do ensino nas escolas deve ser efetuada na língua portuguesa (Angola, 2001), o que tem desencadeado o afastamento dos alunos em relação à língua dos grupos ao qual pertencem. Enquanto cidadãos, tais indivíduos precisam ser constitucionalmente contemplados, quer dizer, receber o devido respeito pela forma como empregam a língua, pois embora a forma linguística seja completamente diferente das convencionais, possuem inteligência e/ou capacidade de raciocínio.

Constatamos a existência de uma Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino que revoga a Lei nº 13/01, de 31 de dezembro. No seu inciso 4 do Artigo 16º, o documento propõe a promoção de outras línguas europeias que, por sinal, aspiram ao sucesso profissional de uma boa parte da população:

4 - O Estado promove políticas públicas para a inserção e a massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os Subsistemas de Ensino, com prioridade para o ensino do inglês e do francês.

Ora, não necessitamos recorrer ao dicionário para compreender o sentido da palavra prioridade, pois já sabemos que se trata de uma terminologia que demarca preferência. O regulamento em destaque demonstra em simultâneo a posição que as línguas estrangeiras e as de cunho nacional ocupam no contexto angolano. Com respeito a isso, Bernardo e Severo (2018) afirmam o seguinte:

“O sistema educacional angolano não espelha o contexto de diversidade linguística e cultural, tendo, por isso, falhado diante das necessidades que se impõem a um ensino mais inclusivo. A presença do monolinguismo no sistema de educação e ensino em Angola criou um estereótipo sobre as línguas

nacionais que dificulta a inserção de indivíduos que têm as línguas nacionais como as de comunicação” (BERNARDO; SEVERO, 2018, p. 219)

Como podemos observar, o Kimbundu e as demais línguas nacionais clamam por uma intervenção urgente a fim de que possam se manter firmes, ou melhor, sobreviver ante o domínio do português. Diante desta circunstância, torna-se difícil vislumbrar uma situação favorável às línguas nacionais, ainda que seja possível observar na legislação pontos que fomentam a necessidade de instituir projetos de ensino bilíngue no país.

Bernardo e Severo (2018) assumem que os discursos políticos embasados nas leis da Constituição têm sido incongruentes na medida em que reconhecem e valorizam a diversidade das línguas locais e, simultaneamente, inibem a sua difusão em contextos educacionais. Os autores também indicam alguns fatores que podem condicionar a possibilidade de construir um projeto voltado ao ensino de mais de uma língua nas escolas, entre os quais destacamos os aspectos dos itens 2, 3, 4 e 5:

(ii) a carência de um estudo prévio que compreendesse a tipologia do modelo de ensino bilíngue a se adotar em Angola; (iii) falta de criação de condições humanas, técnicas e didáticas, antes da sua execução prática; (iv) ausência de um modelo do projeto de ensino bilíngue preocupado em ajustar o plano curricular com as culturas e identidades das comunidades; e (v) incapacidade do projeto de atingir as áreas de maiores necessidades, como as áreas rurais em que se encontram maior número de sujeitos que têm as línguas nacionais como a de comunicação e apresentam maiores índices de abandono da escola (BERNARDO; SEVERO, 2018, p. 228, 229).

Bernardo e Severo (2018) mostram que algumas iniciativas foram efetuadas pelo governo de Angola com o propósito de melhorar a situação das línguas nacionais dentro das instituições de ensino, uma vez que o índice de reprovações e abandono escolar por parte das crianças que falavam suas línguas identitárias era relativamente alto. Eles descrevem detalhadamente como as estratégias foram implementadas pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE):

Para o ensaio do projeto, o INIDE resolveu adotar como critério a seleção de três escolas distribuídas em três áreas, a saber, rural e periférica e urbana. Cada escola teve cinco turmas atendidas, o que totalizou quinze, e igual número de professores por região linguística (BERNARDO; SEVERO, 2018, p. 227).

Os dados a respeito da implementação desse projeto constataam que as províncias de Lunda Sul, Zaire, Cuando Cubango, Kwanza Norte, Huíla e Huambo tinham sido

contempladas, o que de alguma forma suscita indagações sobre a ausência dele na cidade de Luanda. Os autores ainda apresentam as línguas que foram selecionadas na fase inicial do programa e a natureza do modelo que havia sido escolhido:

Para o arranque do projeto foram utilizadas seis línguas nacionais: Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Ngangela, Oxikwanyama e Umbundu. Posteriormente, foi adicionada a língua Olunyaneka, o que totalizou sete línguas. Em 2007, a primeira fase de experimentação do projeto de ensino bilíngue teve início, com enfoque na primeira e segunda classes, ou seja, no processo de alfabetização. O modelo bilíngue adotado consistia em tornar as línguas nacionais em disciplinas do currículo, ao invés de reconhecê-las como meio de instrução (BERNARDO; SEVERO, 2018, p. 226)

Percebe-se no final desta citação o pensamento crítico dos pesquisadores. Eles defendem a tese de que não basta tomar as línguas nacionais e integrá-las na esfera acadêmica como um mero componente curricular. Mais do que isso, torna-se fundamental transformá-las em línguas de instrução, isto é, um recurso que pode ser utilizado de uma forma mais ampla:

“Acreditamos que a inclusão das línguas no sistema de ensino como disciplina, embora seja relevante, não resolve o problema do número de alunos que abandonam a escola, pois a escola continua a não responder às expectativas dos alunos, em que, por exemplo, as disciplinas seriam lecionadas em suas línguas e suas culturas, integrando o currículo e a vida escolar (BERNARDO; SEVERO, 2018, p. 229)

Partindo desse pressuposto, essa estratégia adotada pelo Estado angolano, através do Ministério da Educação, se mostra insuficiente para satisfazer as ânsias dos alunos que enfrentam dificuldades de dominar a língua portuguesa por se identificarem com as línguas de cunho nacional e/ou cultural. Como proposta, os pesquisadores sugerem que a solução do caso passe necessariamente pela revisão desse projeto a fim de que seja elaborado um modelo que se adeque à realidade contextual, tirando, desse modo, os falantes de uma situação de “aprisionamento”.

Acreditamos que o uso das nossas línguas, seja nos meandros da academia como em outros lugares importantes, amplamente ocupados pela língua oficial, fará com que os indivíduos mudem suas concepções sobre as línguas nativas e encarem cada uma delas com outro olhar, partindo assim para a desconstrução dos estereótipos e estigmas que costumam ser observados na sociedade. Uma vez que as políticas linguísticas executadas no país, especialmente na cidade de Luanda, continuam atribuindo ao português um valor relativamente

superior em relação às línguas locais, há que ponderar a possibilidade de se implementar uma política endoglóssica, isto é, políticas que promovam as línguas que refletem a nossa cultura.

Segundo as nossas pesquisas, há um Instituto fundado em 1979 que responde certas questões relacionadas às línguas nacionais, conhecido como Instituto de Línguas Nacionais (ILN). Recentemente, esta associação coorganizou na cidade capital a 1ª Conferência sobre as línguas de Angola no Sistema da Educação e Ensino, iniciativa vinculada ao Ministério da Educação.

Sob o lema *“Línguas de Angola no currículo: um fator de transformação da educação e de inclusão escolar”*, a referida atividade teve como escopo principal discutir a problemática da inserção das línguas angolanas no domínio escolar e construir uma estratégia para a inserção delas. Sem sombras de dúvidas, a realização desse evento nutre a esperança que temos de ver algumas alterações no sistema de ensino e, também, em outras dimensões sociais.

A difusão do português no território nacional pode ser explicada através da relação de força que estabelece com as línguas locais, já que em contextos plurilíngues existe sempre disputa, de maneira que algumas são mais "prestigiosas" em relação às outras. Lembrando que, durante a situação colonial, os moradores das senzalas sofreram hostilidades de várias maneiras e sustentaram o sentimento de inferioridade na medida em que incorporavam os estereótipos criados pelos colonizadores em torno das suas línguas e culturas, levando alguns a abandonarem os costumes do seu povo. Por incrível que pareça, a visão de superioridade da cultura/língua europeia, pregada há anos, ainda ressoa sobre a consciência de milhares de pessoas, que enxergam o Kimbundu e as demais línguas como elementos desprovidos de valor.

Portanto, atendendo às condições que se colocam à sua disposição, cabe ao Estado angolano a função de reforçar os projetos que preveem a promoção das línguas nacionais nas regiões onde estas se fazem presentes, seja nas zonas rurais como nos grandes centros urbanos, para que haja adesão de uma larga maioria da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, percebemos que as línguas autóctones, embora sejam reconhecidas em termos legais como línguas nacionais, continuam sendo superadas pelo Português, inclusive, aquela que tem contribuído ativamente na formação do português veicular falado em Angola, a saber, o Kimbundu.

Apesar de ser a L2, a língua portuguesa, pautada nos princípios da Gramática Normativa, é amplamente utilizada no contexto angolano, sobretudo, pela camada juvenil dos

grandes centros urbanos, que se vê envolvida com os recursos tecnológicos e interessada em aprender as línguas estrangeiras para satisfazer as exigências do mercado de trabalho.

Ao longo deste estudo, compreendemos também que a situação daqueles que ingressam nas instituições de ensino com as línguas de peso cultural não é das melhores, sendo as crianças as mais afetadas. Para contornar as dificuldades, o Estado tenta desenvolver políticas que possam assegurar a promoção das línguas faladas por esses indivíduos, inseri-las no ambiente escolar.

Ainda assim, os estudos comprovam que as políticas linguísticas implementadas em Angola, especialmente em Luanda, impossibilitam os sujeitos bilíngues de se expressarem nas línguas nacionais, apontando a necessidade de reforçar urgentemente tais políticas no sentido de atender as necessidades comunicativas dos angolanos autóctones - se assim podemos dizer - em diversos domínios da sociedade. Enfim, o presente trabalho resulta de uma pesquisa preliminar para que possa ser desenvolvida com maior profundidade num futuro próximo a partir das contribuições teóricas, entrevistas e questões que foram aqui levantadas.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Dagoberto José. **As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola**. Anais do SIELP, Volume. 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012

SEVERO, Cristine Gorski; SASSUCO, Daniel Peres. **Português e línguas bantu na educação angolana: da diversidade como “problema”**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, n. 43, p. 290-307, 2019.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. **Políticas linguísticas em Angola: sobre as políticas educativas in(ex)cludentes**. Revista da Abralín, v. 17, n. 2, p. 210-233, 2018.

NDOMBELE, Eduardo David T. **Identidade Linguística: Debate das políticas educativas em Angola**. Pontos de Interrogação, V. 6, n. 2, jul-dez., p. 179-194, 2016.

SPOLSKY, Bernard. **Para uma teoria de políticas linguísticas**. ReVEL, Vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

SILVA, Diego Barbosa Da. **Políticas linguísticas na África: do passado colonial ao futuro global**. Revista África e Africanidades - Ano 3- n. 10, Agosto, 2010 - ISSN 1983-2354

DOS SANTOS, Eduardo Ferreira. **Aspectos da língua portuguesa em Angola**. PAPIA, São Paulo: 28(1), p. 25-49, Jan/Jun 2018.

TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato; ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. **As políticas linguísticas nos Palops e o desenvolvimento endógeno**. Web-Revista

SOCIODIALETO: Bach., Linc., Mestrado - Letras - UEMS/Campo Grande, v. 5, nº 13, jul. 2014.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. **Caracterização da norma do português em Angola.** Universidade de Évora, Agosto de 2014.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas.** São Paulo, SP: s.n., 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica.** Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

ANGOLA. **Constituição da República.** Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANGOLA. **Diário da República, Lei de bases do sistema de educação e ensino.** Luanda: Imprensa, 2016.

ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação.** Luanda: Assembleia Nacional, 2001.

SEVERO, Cristine Gorski. **Política(s) e questões de poder.** Alfa, São Paulo, 57 (2): 451-473, 2013.